

**A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES
ALFABETIZADORES NO BRASIL E A POLÍTICA
NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO**

Andreia Cristina da Silva (UEG)
andrea.silva@ueg.br

RESUMO

Em pleno século XXI, os educadores brasileiros ainda lutam para melhorar a qualidade da alfabetização e superar o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, problemas que persistem no cenário educacional de todo o país. Ensinar a ler e escrever para muitos profissionais é um desafio. Nesse contexto, tornar-se professor alfabetizador não é uma tarefa fácil. A docência no cotidiano do ciclo de alfabetização exige não só a mobilização de conhecimentos de diversas áreas para compreender como os alunos aprendem, requer também o conhecimento de variadas metodologias para auxiliá-los a adentrarem no mundo da leitura e da escrita. O problema definido para a investigação é: quais são as mudanças introduzidas pelas políticas públicas na área da alfabetização e como elas alteram os rumos da formação inicial dos professores alfabetizadores no Brasil? A pesquisa tem como objetivo investigar como a Política Nacional de Alfabetização (PNA) do Ministério da Educação (MEC) influencia na formação inicial de professores alfabetizadores. Com o estudo busca-se refletir sobre quais são as bases teóricas para a compreensão dos aspectos cognitivos, linguísticos e culturais envolvidos no processo de aquisição do sistema de escrita alfabética, além dos caminhos metodológicos para seu ensino. Ademais, apresentam-se algumas reflexões sobre como o ensino de Língua Portuguesa é abordado no referido documento.

Palavras-chave:

PNA. Formação Inicial. Professores alfabetizadores.

ABSTRACT

In the 21st century, Brazilian educators are still struggling to improve the quality of literacy and overcome absolute illiteracy and functional illiteracy, problems that persist in the educational scenario across the country. Teaching to read and write for many professionals is a challenge. In this context, becoming a literacy teacher is not an easy task. Teaching in the daily life of the literacy cycle requires not only the mobilization of knowledge from different areas to understand how students learn, it also requires knowledge of various methodologies to help them enter the world of reading and writing. The problem defined for the investigation is: what are the changes introduced by public policies in the area of literacy and how do they alter the directions of the initial training of literacy teachers in Brazil? The research aims to investigate how the National Literacy Policy (PNA) of the Ministry of Education (MEC) influences the initial training of literacy teachers. The study seeks to reflect on what are the theoretical bases for understanding the cognitive, linguistic and cultural aspects involved in the process of acquiring the alphabetic writing system, in addition to the methodological paths for its teaching. In addition, some reflections are presented on how the teaching of Portuguese is addressed in that document.

Keywords:

PNA. Initial formation. Literacy teachers.

1. Introdução

Este artigo está situado no âmbito da formação inicial de professores alfabetizadores e objetiva refletir sobre o ensino da leitura e da escrita com base na Política Nacional de Alfabetização (PNA) (BRASIL, 2019). Vale lembrar que buscar soluções para os problemas referentes à escolarização da população brasileira parece ser a única preocupação dos governantes nas últimas décadas quando o tema é a Educação Básica, mesmo que, em muitas ocasiões, isto não se materialize em ações concretas e efetivas, tampouco leve em consideração os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores e pelos próprios professores.

Dentre os problemas a serem enfrentados no que diz respeito à educação está a alfabetização. Por todo o país, inúmeros debates têm ocorrido com o objetivo de fomentar os processos de alfabetização. Segundo Soares (2004, p. 97), a “alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais”.

Em conformidade com a referida autora, pode-se afirmar que os termos alfabetização e letramento são processos que apresentam distinções, dessa forma “distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos” (SOARES, 2004, p. 97). Se por um lado a autora destaca a distinção entre estes termos, por outro, enfatiza que embora eles sejam distintos, são também interdependentes e indissociáveis, por esta razão, argumenta que é necessário alfabetizar letrando.

A concepção de Soares (1998; 2004) de que a alfabetização deve ocorrer em um contexto de letramento também já havia se consolidado nos cursos de formação continuada de professores oferecidos pelo MEC. Desse modo, com o Pró-letramento – programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental – o professor foi orientado a perceber que somente a codificação e decodificação da língua escrita não bastaria para considerar uma criança alfabe-

tizada, portanto, tornou-se necessário ampliar o conceito de alfabetização e assim se incorporou a esse processo o termo letramento. Nesse sentido,

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, bem como o resultado da ação de usar essas habilidades em práticas sociais, é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da língua escrita e de ter-se inserido num mundo organizado diferentemente: a cultura escrita. (BRASIL, 2008, p. 11)

O Pró-letramento contribuiu para a consolidação da ideia de que deve-se alfabetizar a criança em um contexto de letramento, pois, apenas ensiná-la a ler e escrever não era suficiente, tendo em vista a necessidade de se fazer uso dessas habilidades nas práticas sociais em que a leitura e escrita se fizessem necessárias.

Outro aspecto que merece ser discutido, se refere aos fatores que influenciam no processo de alfabetização. Assim, conforme Coelho (2011):

[...] em função da complexa natureza do processo de alfabetização, é necessário considerar os condicionantes sociais, econômicos, culturais e políticos que o determinam na caracterização dos métodos e materiais didáticos para alfabetização, assim como no preparo e formação do professor alfabetizador. (COELHO, 2011, p. 62)

Sob esse viés, alguns aspectos merecem uma atenção especial, a saber: a qualificação do professor, os materiais utilizados para essa formação e a caracterização dos métodos e/ou fundamentações teóricas utilizadas pelos professores para alfabetizar. E não menos importante, as políticas públicas voltadas para a educação.

Indiscutivelmente, a qualidade da educação está relacionada, entre outros aspectos, com a formação do professor, daí a necessidade de garantir que este profissional receba uma formação teórico-prática, que o habilite a desenvolver uma prática pedagógica que atenda às necessidades dos alunos em processo de alfabetização.

Nesta perspectiva, a formação inicial é, sem sombra de dúvidas, uma etapa fundamental para garantir aos futuros docentes o conhecimento dos saberes necessários à prática pedagógica e é, justamente, neste momento tão importante do processo formativo que o futuro educador poderá adquirir os conhecimentos teóricos e metodológicos necessários ao exercício da profissão com vistas ao aprimoramento e à transformação da educação por meio de sua prática pedagógica cotidiana.

Sendo assim, esta investigação tem como problema central analisar as continuidades bem como as rupturas teóricas e metodológicas ocasionadas pelas políticas públicas e de que forma elas influenciam na formação inicial de professores alfabetizadores no contexto atual. Ademais, pretende-se identificar a concepção de alfabetização presente e suas principais implicações sociais e políticas. Outrossim, busca-se corroborar as contribuições dos vários autores, que há muito vêm se debruçando sobre a problemática da alfabetização no Brasil e que têm contribuído para auxiliar os professores no processo de ensino da leitura e da escrita.

Posto isto, convém lembrar que as reflexões sobre a política em estudo serão sintetizadas em três seções: assim, na primeira seção, apresenta-se resumidamente a PNA. Posteriormente, na segunda seção, discute-se os termos e conceitos presentes no documento e suas implicações para a educação brasileira. Por fim, na terceira e última seção, apresenta-se as principais implicações do documento para a formação dos professores alfabetizadores no tocante ao ensino da leitura e da escrita.

2. *Análise descritiva preliminar da Política Nacional de Alfabetização (PNA)*

Com o objetivo de divulgar a Política Nacional de Alfabetização, o MEC elaborou um documento denominado Caderno PNA, o qual foi apresentado no dia 15 de agosto, de 2019. Este documento amplia o Decreto nº 9.765/2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização. Contendo 54 páginas, o Caderno está dividido em três seções, a saber: Contextualização; Alfabetização, literacia e numeracia; Política nacional de alfabetização. Por fim, têm-se as referências e o Decreto.

Na primeira parte, traz a contextualização do cenário atual da alfabetização no Brasil e mostra “a urgência de mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia” (BRASIL, 2019, p. 10). Assim, para justificar a necessidade de tais mudanças, o Caderno apresenta dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), do ano de 2016, ainda apresenta dados do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa), avaliação internacional promovida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na sequência apresenta um breve histórico dos relatórios sobre a alfabetização no Brasil e no mundo. Traz também uma linha do tempo com os marcos históricos e normativos a partir da Constituição de 1988

Na segunda parte, trata dos conceitos de alfabetização, literacia e numeracia. Por conseguinte, o documento apresenta a definição dos seguintes termos alfabetização, decodificação, codificação, princípio alfabético, analfabetismo funcional e absoluto, consciência fonológica e fonêmica, a ciência cognitiva da leitura, dentre outros. Além disso, apresenta algumas considerações sobre a alfabetização de jovens e adultos evidenciando que nela devem estar presentes os mesmos componentes elencados no documento para a alfabetização das crianças, a saber: “leitura oral, desenvolvimento de vocabulário, compreensão de textos e produção de escrita (KRUIDENIER, 2010 *apud* BRASIL, 2019, p. 35).

Já na terceira parte, o Caderno trata da Política Nacional de Alfabetização e apresenta princípios, objetivos, diretrizes, público-alvo, agentes envolvidos, forma de implementação, de avaliação e monitoramento.

Inicialmente, no texto, põe-se de manifesto os níveis insuficientes alcançados pelos estudantes brasileiros nas avaliações externas em escrita, leitura e matemática. Posteriormente, destaca-se a estagnação no desempenho dos estudantes matriculados em turmas de alfabetização com base em uma análise comparativa dos dados das edições de 2014 e 2016 da ANA e, por fim, coloca-se em evidencia a distância da meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE) que objetiva alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental (BRASIL, 2019).

As consequências de uma alfabetização ineficaz são apontadas no documento, estas são: “altas taxas de reprovação, distorção idade-série, abandono e evasão” (BRASIL, 2019, p. 11). Além do mais, o Caderno PNA esclarece que os estudantes brasileiros também apresentaram desempenho insuficiente na avaliação do Pisa.¹ Outra questão apontada, se refere à persistência do analfabetismo (absoluto e funcional). Os dados apresentados mostram que “faltam ainda 7,0 pontos percentuais para a erradicação do analfabetismo absoluto, conforme a meta 9 do PNE, projetada para 2024” (BRASIL, 2019, p. 12).

Indiscutivelmente, os índices de desempenho demonstrados pelos estudantes brasileiros na alfabetização, mensurados pelas avaliações externas, são, sobremaneira, preocupantes. Contudo, é preciso lembrar que a educação brasileira é marcada por uma desigualdade histórica a qual se

¹ O Pisa tem como população-alvo estudantes com idade entre 15 anos e 2 meses e 16 anos e 3 meses, matriculados em uma instituição educacional. Na edição de 2015, o Brasil ficou em 59º lugar em leitura e em 65º lugar em matemática, num rol de 70 países. (Cf. BRASIL, 2019).

originou no Brasil Império, período em que apenas a elite usufruía da educação formal. Portanto, causa estranheza o fato de um documento elaborado para propor soluções para as mazelas da educação do país tratar de forma tão reducionista e acrítica o contexto social e os condicionantes que influenciam significativamente no percurso escolar das crianças oriundas das classes trabalhadoras.

Diante deste cenário, vale lembrar que o analfabetismo é um problema que requer um enfrentamento por parte do Poder Público o qual não será resolvido com a mera adoção das chamadas ciências cognitivas. Além disso, é necessário elucidar que a PNA desconsidera os conhecimentos acumulados sobre a alfabetização e assume uma postura muito otimista com relação ao potencial da neurociência como um campo de conhecimentos promissor para a educação, entretanto, ela não traz contribuições pedagógicas muito concretas, como supõem os organizadores da política em questão, portanto saber quais áreas são acionadas num ato de leitura ou de escrita serve tão somente para aprofundar os conhecimentos a respeito do funcionamento cerebral e do desenvolvimento biológico como o próprio documento esclarece:

[...] as chamadas ciências cognitivas, como a neurociência cognitiva, que desvendam o funcionamento do cérebro, incluindo o que nele acontece durante a aprendizagem da leitura e da escrita, e ajudam a perceber como é possível facilitar a aprendizagem por meio de um ensino mais apropriado. (DEHAENE, 2012; SCLiar-CABRAL, 2013; NASCHOLD *et al.*, 2017 *apud* BRASIL, 2019, p. 20)

Verifica-se que na PNA a chamada “ciência cognitiva da leitura” é apresentada como algo extraordinário capaz de solucionar todos os problemas relativos à alfabetização por meio da propalada “promoção da alfabetização baseada em evidências científicas”; e mais ainda, fica evidente no documento a pressuposição de que, anteriormente, os professores alfabetizadores brasileiros não se utilizaram da ciência para respaldar as práticas pedagógicas de alfabetização. Verifica-se, contudo, que tal anúncio não se sustenta e a proposta de alfabetização mostra-se simplista, com equívocos de várias ordens, significando, na prática, um retrocesso.

Com relação aos marcos históricos e normativos, o Caderno menciona a Constituição Federal de 1988, que dispõe, em seu art. 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Na sequência, cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, que determina que no ensino fundamental a formação básica do cidadão ocorra mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do

cálculo, e estabelece a educação de jovens e adultos. Menciona a criação do Programa Brasil Alfabetizado em 2003, com o objetivo de contribuir para a universalização da alfabetização de jovens, adultos e idosos e elevar sua escolaridade.

Além disso, destaca o relatório Alfabetização Infantil: os novos caminhos, elaborado por um grupo de cientistas a pedido da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e publicado em 2003 no qual concluí-se que as políticas e as práticas de alfabetização de crianças no Brasil, bem como os currículos de formação e capacitação de professores alfabetizadores, não acompanharam a evolução científica e metodológica ocorrida em todo o mundo. Destaca o documento publicado em 2011, Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva, publicado pela Academia Brasileira de Ciências, o qual ratifica a tese do relatório Alfabetização Infantil: os novos caminhos e traz novas evidências. Faz uma referência ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), instituído em 2012, à primeira edição da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) realizada em 2013, à aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, referente ao decênio 2014–2024, à promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017 e, por fim, menciona que, em 2018, foi criado o Programa Mais Alfabetização.

Em linhas gerais, este é o panorama mostrado resumidamente no documento. Entretanto, convém elucidar que a realidade mostrada - o baixo desempenho dos estudantes nas avaliações externas e a persistência do analfabetismo dentre outros problemas que historicamente assolam a educação brasileira – não podem ser atribuídos exclusivamente aos professores e ao uso de qualquer que seja o método de alfabetização, mas precisa ser considerado na sua relação com as questões mais amplas, como, por exemplo, a formação inicial e continuada de professores, a organização da escola e do currículo, o contexto social dos estudantes dentre outros fatores.

Vale lembrar que, teoricamente a PNA fundamenta-se nas ciências cognitivas, com ênfase na Ciência Cognitiva da Leitura, para promover a prática de ensino da língua escrita. É inegável que essa área do conhecimento é uma referência considerável para o direcionamento das práticas pedagógicas na fase inicial da aprendizagem da língua escrita. Apesar disso, acredita-se que a ação pedagógica não pode ser viabilizada com base em um único referencial teórico, como também os seus produtos não podem ser assim avaliados.

Na sequência deste artigo, apresenta-se os principais conceitos presentes no Caderno PNA, analisando os encaminhamentos e propostas de mudanças para a alfabetização.

3. Os principais termos e conceitos presentes na PNA

Um dos conceitos basilares para uma melhor compreensão da política é o de alfabetização, desse modo, conforme o Caderno PNA, com base na ciência cognitiva da leitura, define-se a “alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético.” (BRASIL, 2019, p. 18). Como se pode constatar, o documento ignora a concepção de alfabetização adotada no país há aproximadamente duas décadas na qual a aprendizagem da língua escrita envolve a compreensão de dois processos distintos, mas indissociáveis: a alfabetização e o letramento, como já fora apresentado na introdução. Magda Soares (1998) trata da distinção desses termos e ainda sobreleva as ações pedagógicas neles implicadas:

Alfabetização: ação de ensinar a ler e a escrever. Letramento: estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. [...] Assim, teríamos alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado. (SOARES, 1998, p. 47)

Outro conceito apresentado no documento, trata-se do sistema alfabético que é entendido como “aquele que representa com os caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala.” (BRASIL, 2019b, p. 18). O Caderno traz também o termo literacia o qual “Consiste no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita, independentemente do sistema de escrita utilizado.” (BRASIL, 2019, p. 18). Vale lembrar que o termo letramento fora substituído pelo termo literacia, desconsiderando as contribuições de vários estudiosos da área como Soares (1998, 2004), Carvalho (2009) dentre outros, fato que provocou inúmeros debates entre os estudiosos da área.

Além dos conceitos acima listados, a PNA destaca a instrução fônica, tendo como base a ênfase na ciência cognitiva como um elemento importante para direcionar o ensino da leitura e da escrita (BRASIL, 2019). Apesar de o texto não explicitar claramente se haverá um modelo específico de Alfabetização a ser seguido, mesmo assim, o MEC recomenda a abordagem fônica como a mais eficiente para o ensino sistemá-

tico da leitura e da escrita. Os termos “consciência fonêmica”, entendido como o “conhecimento consciente das menores unidades fonológicas da fala e a habilidade de manipulá-las intencionalmente” e a “instrução fônica sistemática”, entendida como o “ensino explícito e organizado das relações entre os grafemas da linguagem escrita e os fonemas da linguagem falada” (BRASIL, 2019), relacionados ao método fônico, são evidenciados como componentes essenciais nos quais será dada ênfase no ensino.

A proposta de alfabetização, conforme o MEC, apoia-se na chamada ciência cognitiva da leitura. Entretanto, pesquisadores da área da alfabetização como Magda Soares (2019) e Marlene Carvalho (2009) reforçam que a discussão sobre abordagens e métodos já foi superada. Isto inclui a abordagem fônica. Portanto, a alfabetização não se realiza com um único método. Esta orientação precisa ser discutida no âmbito da formação inicial de professores alfabetizadores já que, conforme Magda Soares (2019), em uma entrevista concedida ao Site Desafios da Educação:

Em primeiríssimo lugar, é necessário lembrar ao MEC que a escolha de método de alfabetização, como também de métodos para qualquer conteúdo de ensino, é direito assegurado por lei aos professores e às escolas. Nem é preciso justificar isso com os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ou do Plano Nacional de Educação (PNE) (DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, 2019, [s.p])

Esse cenário precisa ser analisado e debatido no âmbito dos cursos de formação inicial de professores. Portanto, refletir sobre as políticas públicas da alfabetização abre caminhos para que os futuros educadores possam compreender a importância do processo de alfabetização e letramento bem como aprofundar sobre os conhecimentos teórico-metodológicos necessários para entender como a criança aprende a leitura e a escrita e se apropriar de metodologias e conceitos que possam contribuir para a superação dos problemas elencados.

De acordo com Frade (2005),

As mudanças conceituais no campo da alfabetização são de ordem geral e não dependem apenas da adesão de um professor ou de uma escola. Num sentido amplo, elas abarcam alterações de atitude e de paradigmas para pensar a alfabetização, alteram os projetos políticos de redes de ensino, os currículos, os materiais didáticos adotados e modificam as avaliações que os sistemas de ensino fazem dos alunos e do trabalho dos alfabetizadores. (FRADE, 2005, p. 11)

Conforme Magda Soares (2019):

É surpreendente que ainda se acredite que a alfabetização se realiza com um único método e que se alegue que o método fônico é o único que se fundamenta em “evidências científicas”. Insiste-se em método – em como ensinar – quando o necessário é focar a aprendizagem – como a criança aprende. E há “evidências científicas” sobre como a criança aprende a língua escrita geradas por várias ciências e pesquisas, não apenas pela psicologia cognitiva da leitura, privilegiada pelos que defendem o método fônico. (DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, 2019, [s.p])

Outra discussão importante que deve ser desencadeada dentro dos cursos de formação inicial de professores alfabetizadores se refere aos fatores escolares e extraescolares apontados como os responsáveis pelo desempenho insuficiente dos estudantes em leitura e escrita que já concluíram o ciclo de alfabetização.

Conforme Carvalho (2009) os fatores escolares são,

As condições inadequadas de ensino, que estamos ainda longe de superar mesmo nas grandes cidades, são turmas numerosas, jornada escolar insuficiente, despreparo das professoras, métodos inadequados ou mal aplicados, material didático desinteressante, falta de bibliotecas e salas de leitura etc. (CARVALHO, 2009, p.15)

A autora aborda uma questão fundamental que é a preparação dos professores alfabetizadores para atuar nas turmas de alfabetização. Assim, corrobora-se o entendimento de que a formação teórico-prática é uma condição *sine qua non* para assegurar a qualidade da alfabetização. Esta formação requer um conhecimento aprofundado sobre todos os métodos de alfabetização, suas vantagens e desvantagens. Além do mais, é igualmente importante conhecer as várias ciências que explicam como a criança aprende a língua escrita.

Ainda de acordo com Carvalho (2009):

Os fatores extraescolares são sociais e decorrem da pobreza das famílias, do ingresso tardio na escola, frequência irregular devido a doenças ou a condições de trabalho dos pais ou das crianças, falta de recursos para comprar material didático, ausência de livros e jornais no lar, pais analfabetos, pouca ou nenhuma cooperação entre a escola e as famílias. (CARVALHO, 1987 *apud* CARVALHO, 2009, p. 15)

Conforme Carvalho (2009), de forma isolada, nenhum dos fatores acima elencados podem explicar as dificuldades de certos estudantes. Segundo a autora, há fracassos que são previsíveis, no entanto, há estudantes que, apesar das situações adversas como a miséria, pais analfabetos, escolas de baixa qualidade, conseguem se alfabetizar no primeiro ano de escolarização.

O conhecimento dos métodos de alfabetização é importante durante a formação inicial de professores, entretanto, nem sempre tais métodos conseguem responder às questões cruciais da prática. Portanto, a formação inicial de professores alfabetizadores requer, para além de conhecimentos teóricos, uma experiência prática que permita ao futuro educador resolver problemas do cotidiano relacionados à aquisição da leitura e da escrita. Conforme Frade (2005) “A prática de alfabetização é composta de modos de fazer assumidos por quem alfabetiza e também pelas teorias que vão se consolidando a cada época” (p. 8).

Assim, no cenário atual, a metodologia não é mais considerada a questão central ou a mais importante na área da alfabetização uma vez que o professor alfabetizador, independentemente do método de alfabetização, necessita de um conhecimento básico sobre os princípios teórico-metodológicos da alfabetização. É importante que se esclareça que os métodos tradicionais de alfabetização (métodos analíticos e sintéticos) não serão plenamente eficazes para todos os estudantes.

No contexto educacional brasileiro, geralmente os professores alfabetizadores criam os próprios métodos de alfabetização com base em um método tradicional. Para atender às necessidades dos educandos, os professores fazem adaptações, criam recursos e inovam a prática. Isto permite que os professores possam utilizar a criatividade para elaborar atividades e produzir recursos didáticos para as turmas de alfabetização. Essa liberdade foi assegurada aos professores alfabetizadores durante as últimas décadas. No entanto, no Caderno da PNA, há uma recomendação explícita do MEC para que os professores alfabetizadores elejam o método fônico.

Conforme Magda Soares (2004) a aprendizagem da língua escrita, nas últimas décadas, tem sido objeto de pesquisas e estudos de diversas ciências, cada uma delas prioriza uma das facetas dessa aprendizagem. Desse modo, enfatiza que,

[...] a faceta fônica, que envolve o desenvolvimento da consciência fonológica, imprescindível para que a criança tome consciência da fala como um sistema de sons e compreenda o sistema de escrita como um sistema de representação desses sons, e a aprendizagem das relações fonema-grafema e demais convenções de transferência da forma sonora da fala para a forma gráfica da escrita; a faceta da leitura fluente, que exige o reconhecimento holístico de palavras e sentenças; a faceta da leitura compreensiva, que supõe ampliação de vocabulário e desenvolvimento de habilidades como interpretação, avaliação, inferência, entre outras; a faceta da identificação e do uso adequado das diferentes funções da escrita, dos diferentes portadores de texto, dos diferentes tipos e gêneros de texto, etc.

Cada uma dessas facetas é fundamentada por teorias de aprendizagem, princípios fonéticos e fonológicos, princípios linguísticos, psicolinguísticos e sociolinguísticos, teorias da leitura, teorias da produção textual, teorias do texto e do discurso, entre outras (SOARES, 2004, p. 99)

Diante do exposto, pode se concluir que a área da alfabetização tem recebido contribuições de diversas áreas do conhecimento e todas elas são importantes para explicar como as crianças aprendem a ler e escrever, portanto, corrobora-se o entendimento de Soares (2004) de que não é viável privilegiar apenas uma faceta. Convém lembrar que, de forma equivocada, na PNA, privilegia-se o método fônico como o único capaz de possibilitar a aprendizagem da leitura e da escrita, como já fora mencionado anteriormente.

4. As principais implicações do documento para a formação dos professores alfabetizadores

No que diz respeito às implicações da PNA para a formação dos professores alfabetizadores, destacam-se inicialmente dois aspectos que recaem diretamente sobre a prática pedagógica, a saber: a adoção do método fônico como único panorama eficaz, o que desvela a tentativa de homogeneizar a atuação dos professores, além disso, a suposta concepção científica presente na PNA, ao defender que a alfabetização deve ser baseada na ciência cognitiva da leitura e não apresentar orientações pedagógicas concretas para a prática dos professores. Além do mais, o documento nega tanto aos estudantes quanto aos professores o papel de protagonistas do processo.

Sob esse viés, observa-se que tanto os professores quanto os estudantes são excluídos da totalidade social. Isto fica evidente na apresentação dos índices das avaliações externas, já que a PNA nega a classe social e a cultura da qual os indivíduos são provenientes, desconsidera as particularidades locais e regionais e os condicionantes que interferem no processo de ensino e aprendizagem.

Ao eleger exclusivamente uma área do conhecimento para direcionar a prática pedagógica dos alfabetizadores, corre-se o risco de esfacelar o ensino nas escolas públicas com orientações limitadas dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita.

Evidentemente, observa-se, que, ao desconsiderar tanto os conhecimentos linguísticos quanto os pedagógicos, a PNA acaba por refrear as possibilidades da ação educativa nas escolas quando separa o ensino vol-

tado para o desenvolvimento de habilidades de consciência fonêmica e da decodificação de palavras (BRASIL, 2019, p.28) de outros aspectos da aprendizagem da língua escrita, que também devem estar presentes na prática pedagógica de forma explícita e sistemática.

5. *Considerações finais*

A implementação da PNA já em andamento, e a forma como essa política está desenhada, com base em um paradigma científico, tem suscitado várias discussões no campo da formação de inicial de professores. Acredita-se ser um retrocesso a redução de uma política para a alfabetização a imposições de um método de ensino.

Convém lembrar que a implementação das políticas públicas deve minimizar as desigualdades sociais e possibilitar a apropriação da leitura e escrita por crianças, jovens, adultos e idosos. Para tanto, é importante pensar a formação docente de maneira crítica e contextualizada, na qual os(as) professores(as) precisam ser concebidos como sujeitos pensantes, capazes de avaliar a realidade e, a partir disso, organizar o próprio trabalho pedagógico. No entanto, a questão econômica é tratada de forma superficial, atribuindo o fracasso escolar à escola e aos professores.

É inconcebível propor uma política de alfabetização que não leve em consideração as contribuições das diversas áreas do conhecimento. Vale ressaltar que, a educação deve propiciar a busca pelo conhecimento crítico e problematizador e, portanto, deve priorizar a ampla divulgação das pesquisas científicas e possibilitar aos professores a problematização do contexto social em que eles atuam, priorizando o desenvolvimento de uma consciência crítica, possibilitando a criação de instrumentos para a superação e, conseqüentemente, uma possível transformação da realidade concreta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. *PNA Política Nacional de Alfabetização*/Secretaria de Alfabetização. Brasília: MEC, SEALF, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base nacional comum curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf.
Acesso em: 20 de jun. 2022.

BRASIL. *Pró-Letramento*: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem . – ed. rev. e ampl. incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

BRASIL. Decreto nº 9.765 de 11 de abril de 2019a. *Institui a Política Nacional de Alfabetização*. 2019b. Diário Oficial da União, 11 abr. 2019.

CARVALHO, Marlene. *Alfabetizar e letrar*: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, Vozes, 2009.

COELHO, S. M. A Alfabetização na Perspectiva Histórico-Cultural. In: Universidade Estadual Paulista Prograd – *Caderno de Formação. Formação de professores didáticas dos conteúdos*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2011. p. 58-71

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Métodos e didáticas de alfabetização*: história, características e modos de fazer de professores: caderno do professor / Isabel Cristina Alves da Silva Frade. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. 72 p. (Coleção Alfabetização e Letramento)

SOARES, M. B. *Alfabetização e letramento*: Caminhos e Descaminhos. Revista Pátio. Ano VIII, n. 29, fev./abr. 2004.

_____. Estou indignada com o MEC. *Desafios da Educação*, 08 de abril de 2019. Disponível em <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/mag-da-soares-Alfabetizacao-saeb/>. Acesso em: 23 mar. 2022.